

O que as PME esperam da ajuda externa

O Estado deve reduzir o seu consumo de crédito e avançar com reformas estruturais. As exportações têm de ter mais incentivos e a legislação laboral deve ser mais flexível. Estas são quatro mudanças que as PME esperam ver concretizadas com a ajuda externa a Portugal.





Capa

PME O que esperam da ajuda externa

Joaquim Paiva Chaves, sócio-fundador da Adicional Logistics e da Travel Store. É um dos investidores particulares ("business angels") mais conhecidos em Portugal. É administrador da Edifer e já esteve à frente da Jazztel Portugal. Também presidiu à Torralta e à Sonae Turismo.

As negociações de Portugal com a "troika", composta pelo FMI, Comissão Europeia e Banco Central Europeu, estão a decorrer. E embora se dê grande enfoque nas medidas para cortar os custos do Estado, Pequenas e Médias Empresas (PME) falam das expectativas que têm com esta ajuda externa.

ALEXANDRA MACHADO amachado@negocios.pt

■ ■ ■ A redução do peso do Estado na economia é o resultado esperado das negociações para a ajuda financeira externa com a "troika". As PME (Pequenas e Médias Empresas) esperam que, a prazo, esse seja o resultado final destas negociações. É que, com a redução do peso do Estado, a economia poderá estar preparada para crescer. E, por outro lado, "se o Estado gastar menos dinheiro não será necessário aumentar os impostos". Esta é, aliás, a principal expectativa destes empresários e associações empresariais que falam ao **Negócios** sobre as medidas que esperam em resultado das negociações.

"Uma das medidas que considero importante avançar passa pela reforma administrativa do Estado", salienta Maria Salomé Rafael,

presidente recentemente eleita da Nersant, associação empresarial de Santarém, afirmando haver "demasiados institutos, câmaras e juntas de freguesia, cuja existência já não faz sentido e que consomem muitos dos recursos do País". A prazo, a diminuição do peso do Estado eliminaria, ainda, custos burocráticos, já que agilizaria a relação das PME com a administração central.

Crédito é preciso

O facto de a máquina do Estado ser muito grande acaba por introduzir alguns elementos malignos para as PME. Joaquim Paiva Chaves, presidente da Adicional Logistics, fala no excessivo consumo de crédito por parte das instituições e empresas públicas e à necessidade de "libertar crédito para as empresas

privadas, com especial incidência para as PME inovadoras em processo de crescimento, não apenas no mercado interno, mas, sobretudo, no externo". Miguel Coelho, secretário-geral da Associação Empresarial de Águeda, espera que um dos temas centrais nas negociações seja, por isso mesmo, a estabilização do sistema financeiro português, sem a qual não haverá crédito para as empresas.

"A nossa expectativa é a de que a ajuda externa facilite o regresso à normalidade, permitindo que os bancos se refinanciem e retomem o apoio à economia real, muito concretamente às PME, principalmente exportadoras", realça Maria Salomé Rafael. Alexandre Correia, "partner" da Safira, tecnológica portuguesa, fala da necessidade de se tornar mais consistentes

os incentivos às exportações e ao sector de bens transaccionáveis.

Pagar aos fornecedores

Outra maneira de induzir liquidez é através do pagamento do Estado aos fornecedores, nomeadamente PME. É público que o Estado demora a pagar e, por isso, seria "desejável que se regularizasse os pagamentos em atraso às empresas fornecedoras de bens e serviços, sendo muitas destas PME que estão em grandes dificuldades e dependem destes pagamentos para conseguir sobreviver", realça a presidente da Nersant.

António Miguel Ferreira, director-geral da Claranet, sugere que se "reduzam os prazos de pagamento do Estado às empresas para dinamização e credibilização da economia nacional".



Marta Poppe

Estado tem de reduzir consumo de crédito

No curto prazo, o Estado tem de reduzir o seu consumo de crédito por forma a libertar liquidez para as empresas, nomeadamente para as pequenas e médias entidades inovadoras e em crescimento.

Joaquim Paiva Chaves, gestor de longa data e que também dedicou muito do seu tempo ao empreendedorismo, opta por falar em três níveis de medidas, para o curto prazo, para o médio e para o longo prazo, que gostaria de ver implementadas ou iniciadas no âmbito das negociações de Portugal com a "troika". No curto prazo, a asfixia de financiamento é o problema a resolver. Por isso, "uma redução significativa do excessivo consumo de crédito por parte das instituições/empresas públicas" permitirá "libertar crédito para as empresas privadas, com especial incidência para as PME (Pequenas e Médias Empresas) inovadoras em processo de crescimento, não apenas no mercado interno, mas sobretudo no externo". Para o médio prazo é preciso,

acrescenta Joaquim Paiva Chaves, "simplificação relevante na carga administrativa", resultante "da redução do número de entidades envolvidas na relação das PME com a administração central". Esta medida permitiria redução de custos em actividades não produtivas e um maior enfoque na gestão das áreas produtivas. Finalmente, no longo prazo o gestor/empresário diz esperar "uma diminuição significativa da carga fiscal para permitir a criação de uma vantagem competitiva nacional que permita uma melhoria da competitividade das empresas portuguesas no mercado externo e uma captação de investimento estrangeiro para o nosso País". Três medidas que significariam uma redução significativa da dimensão do sector público na economia portuguesa.

Avançar reformas estruturais

Deve-se aproveitar o momento para lançar as reformas estruturais, dizem em uníssono muitos destes empresários. E por reformas estruturais fala-se, na maior parte dos casos, não apenas na redução do peso do Estado, mas também da legislação laboral, que é, por outro lado, associada à expectativa de redução dos custos com o factor trabalho, nomeadamente pela diminuição da taxa social única paga pelas PME. "A flexibilização do mercado de trabalho iria estimular a contratação", realça Miguel Coelho. Também Maria Salomé Rafael acredita que "a flexibilização das leis laborais, ao contrário do que muitos dizem, levaria à criação de muitos postos de trabalho".

A presidente da Nersant diz que neste momento há que tomar me-

das impopulares como "a revisão de alguns contratos colectivos de trabalho, a indexação dos aumentos e incentivos salariais à produtividade e a possibilidade de algumas empresas, em dificuldade e de forma temporária, poderem reduzir os salários aos seus colaboradores".

Não é apenas nos custos com a segurança social que as PME pedem reduções. A carga fiscal, dizem, é excessiva e, por isso, as PME pedem redução da carga fiscal. Miguel Coelho acrescenta a redução dos preços de electricidade e gás natural.

Seja qual for o prazo, Raul Santos, fundador da Crioestaminal, pede celeridade na análise e no avanço das medidas. É que, diz, "a incerteza não está a ser favorável à criação dos níveis de confiança nas empresas necessários ao crescimento da economia".



Capa

Realizar reformas estruturais

É necessário fazer reformas estruturais no País, diz Raul Santos, que espera, por outro lado, que as medidas que serão implementadas não sejam de agravamento fiscal.

A rapidez na implementação das medidas é a principal reivindicação de Raul Santos, um empreendedor que co-fundou a Crioestaminal, uma empresa de isolamento e conservação de células estaminais e que representou dos maiores casos de sucesso de venda de capitais de risco nacionais a um fundo internacional (Riverside). Criada em 2003, inaugurou em 2006 o laboratório para criopreservação de células estaminais no Biocant Park, em Cantanhede, com capacidade para armazenar mais de 60 mil amostras de células estaminais. Até ao momento, a Crioestaminal contabiliza mais de 40 mil criopreservações. Raul Santos gere a empresa e, por isso, diz esperar "uma análise rápida da situação e a apresentação de um plano com medidas que respondam às necessidades, mas que, ao mesmo

tempo, não comprometam o normal funcionamento das empresas e da economia". A incerteza não é vantajosa para estabelecer níveis de confiança que gerem crescimento na economia. "A implementação das medidas é mais do que urgente para eliminar esta incerteza". Raul Santos admite não esperar que as medidas, que serão no sentido de equilíbrio das contas públicas, não serão do agrado das empresas. Mas acredita que as negociações poderão ajudar a que se façam "algumas reformas estruturais que têm vindo a ser adiadas e que nos poderão preparar melhor para os desafios do futuro". Raul Santos aproveita, ainda, para afirmar que espera que as medidas estabelecidas não passem, no entanto, pelo agravamento da carga fiscal quer para as empresas quer para os particulares.

Pedro Elias



Incentivar as exportações

A carga fiscal e a rigidez laboral são dois problemas detectados por Alexandre Correia que fala, por outro lado, da necessidade de se incentivar as exportações.

O tecido empresarial português é maioritariamente composto por micro e pequenas empresas que, para crescerem e internacionalizarem, "precisam que o ambiente onde actuam seja notavelmente mais ágil e propício a investimentos e menos consumidor de recursos para alimentar a enorme máquina estatal". Alexandre Correia, "partner" da Safira, empresa portuguesa de tecnologias de informação, espera que da mesa das negociações saia um plano de corte de despesa "de forma cirúrgica", que permita alavancar "o crescimento económico e a criação de emprego". E dá como exemplos "a diminuição do IRC, da taxa social única e a criação de um contrato de trabalho único que elimine a precariedade e torne o mercado laboral mais flexível em termos de contratações e despedimentos,

consoante a competência dos colaboradores e a situação das empresas e da economia, premiando e incentivando sempre os melhores talentos". Para Alexandre Correia, a rigidez laboral, assim como a carga fiscal que considera elevada, dificultam o investimento e o crescimento. "Deve ser dada primazia à qualificação, inovação, competitividade e iniciativa privada com menos e melhor Estado". Também o incentivo às exportações e ao sector dos bens transaccionáveis "terá de ser cada vez mais consistente". O gestor acredita que o sector onde actua, o das tecnologias de informação, tem um papel importante "ao criar soluções que automatizam processos e que permitem ao sector público e às empresas privadas serem mais eficientes, ágeis, optimizadas e produtivas".

Alexandre Correia, "partner" da Safira, empresa de tecnologias de informação fundada em 1997. A Safira tinha no final do ano passado 110 trabalhadores e gerou receitas de 5,75 milhões de euros. Tem escritórios também na Polónia e projectos nos Estados Unidos da América, Moçambique, Roménia, Canadá, Angola, França e Macau.



Raul Santos, administrador da Crioestaminal, empresa que fundou e que se tornou num dos casos de sucesso de venda por parte de capitais de risco nacionais a um fundo de investimento internacional. A Riverside adquiriu 67% da empresa, mas Raul Santos manteve-se na empresa que fundou, detendo, ainda, capital na Crioestaminal.



João de Quinhones Levy, presidente e fundador da Ecoserviços. O grupo tem várias empresas ligada à área ambiental. A casa-mãe, a Ecoserviços, opera na área do tratamento das águas e águas residuais e em estudos de impacte ambiental e monitorização ambiental.

Regras apertadas para o Estado gerir Orçamento

O Estado tem de mudar o seu estilo de vida. Os dinheiros do Orçamento do Estado têm de ser geridos de forma apertada, diz João Levy. O Estado não pode continuar a engordar. Só assim se consegue controlar as contas públicas sem ser à custa do aumento dos impostos.

A receita parece simples: o Estado tem de gastar menos dinheiro. É que se o fizer, diz João de Quinhones Levy, presidente da Ecoserviços, "não será necessário aumentar os impostos e haverá até dinheiro para investir na produção". Por isso, João Levy espera que a vinda do FMI permita alterar a postura que diz que o Estado tem tido até agora. "Há muito temos um Estado despesista que esbanjou os dinheiros dos QREN como um novo rico. Em vez de o investir em actividades produtivas e reprodutivas,

estoirou-o em obras caras, muitas delas desnecessárias (auto-estradas em paralelo umas das outras ou estádios de futebol vazios) e sempre adoptando as soluções mais caras". Face a este diagnóstico, o empresário espera que este ajuda externa leve à imposição de regras e procedimentos apertados na utilização do dinheiro do Orçamento do Estado. "Ao impormos regras ao Estado impedimos que ele continue a engordar e a estatizar todas as actividades económicas", por

outro lado, "terá de dar em 'outsourcing' muitas das actividades de que hoje se apropria e realiza a custos excessivos com elevadas ineficiências". João Levy espera, ainda, que as medidas negociadas com a "troika", composta pelo FMI, Comissão Europeia e Banco Central Europeu, não sejam mais um PEC (Programa de Estabilidade e Crescimento) que "aumentaram as receitas por via dos impostos e reduziram as despesas, actuando nos salários".





Capa

Legislação laboral mais flexível

Facilitar a contratação, reduzindo os custos laborais, assim como o despedimento de trabalhadores seria uma das medidas benéficas para as PME.

As mudanças na legislação laboral são referidas por vários gestores como necessárias para o País e aguarda-se que neste campo surjam propostas negociadas no âmbito do pacote de ajuda externa a Portugal com a "troika" composta pelo Fundo Monetário Internacional, Comissão Europeia e Banco Central Europeu.

António Miguel Ferreira, director-geral da Claranet e que foi fundador de um dos primeiros fornecedores de acesso à internet em Portugal (a Esotérica), fala também na dinamização do mercado de trabalho. O que poderia acontecer, diz ao Negócios, com "a redução dos custos e dos obstáculos à contratação (menores custos sociais, etc.) e ao despedimento (estabelecimento de 'plafonds' máximos de despedimento sem justa causa)". Para António

Miguel Ferreira, "as PME poderiam ser mais ágeis na adequação dos seus colaboradores às suas necessidades e, consequentemente, mais competitivas, se a legislação laboral fosse menos inflexível".

Mas este gestor/empreendedor fala também da necessidade de se estabelecerem "objectivos de redução dos prazos de pagamento do Estado às empresas (com prioridade para as PME), para dinamização e credibilização da economia nacional".

Não tendo directamente a ver com as Pequenas e Médias Empresas (PME) ou com o empreendedorismo, o director-geral da Claranet diz esperar que das negociações com a "troika" saiam condições para tornar a máquina do Estado mais magra, "com o objectivo de redução de despesa".

Empresas é que relançam economia

A abordagem, segundo Peter Villax, tem de ser diferente e passar dos investimentos públicos para uma economia relançada pelas empresas e empresários.

O relançamento da economia portuguesa está do lado dos privados. Peter Villax, administrador da Hovione e presidente da Associação Portuguesa das Empresas Familiares, acredita que "o momento exige uma abordagem radicalmente diferente" do que tem acontecido. "Em vez de tentarem relançar a economia com investimentos públicos, como fizeram nos últimos 10 anos, e que só serviram para desequilibrar as contas e custos da economia produtiva de bens transaccionáveis, os políticos devem pedir às empresas que se conseguiram aguentar, e particularmente às que exportam, o que precisam para acelerar o seu crescimento". O gestor acrescenta que "as empresas e os empresários têm de ser desafiados a criar riqueza e postos de trabalho, essa é a sua responsabilidade social. Contar que seja o

Governo a criar postos de trabalho repete os erros históricos das nossas políticas económicas". Peter Villax explica a sua posição pelo facto de ser essencial saber o que o Governo pretende fazer para dar um rumo à economia produtiva nacional. É que "as empresas sabem muito bem o que o FMI traz consigo: uma enorme disciplina orçamental a qual, incidindo sobre um sector do PIB que cresceu desmedidamente nos últimos 15 anos, o Estado, vai arrastar o sector privado para uma profunda recessão". E conclui: "embora todos os governos apregoem que querem apoiar a iniciativa privada e as empresas, o facto é que não têm sabido fazê-lo. No actual Governo, nenhum ministro teve uma carreira empresarial significativa e, a realidade, é que olham para elas com alguma desconfiança".



Miguel Baltazar

António Miguel Ferreira, director-geral da Claranet Portugal. Foi o líder ibérico do operador Via Networks. Antes foi co-fundador de um dos primeiros fornecedores de acesso à internet português, a Esotérica.



Miguel Baltazar

Peter Villax, administrador da Hovione e presidente da Associação das Empresas Familiares. Filho dos fundadores da Hovione, Peter Villax só entrou na administração da empresa em 1991.

O que as PME pedem das negociações

A maioria quer medidas estruturais para relançar a economia

1. Flexibilização do mercado de trabalho
É uma medida que muitas PME e empreendedores subscrevem. O mercado de trabalho, dizem, tem de ser mais flexível, para ser mais fácil contratar e despedir. O objectivo é o de ter flexibilidade para ajustar o quadro de trabalhadores das empresas às flutuações económicas. Muitos falam desta necessidade, mas estabelecem algumas condições para os despedimentos e limitações à precariedade.

2. Carga fiscal tem de ser reduzida
É uma queixa que muitas PME partilham. Os impostos e taxas são muito elevados e penalizam a sua actividade. Por isso, ainda que se saiba que o Estado tem de fazer aumentar a receita, as PME sustentam que esta pode ser conseguida à custa do crescimento das actividades das empresas e não via subida de impostos. Por isso, há mesmo quem sugira a redução do IRC e outras taxas, incluindo as contribuições para a segurança social.

3. Crédito bancário tem de chegar às PME
As dificuldades de obtenção de crédito junto da banca têm atingido as PME, que viram reduzir o capital disponível para os seus investimentos. Por isso, uma das expectativas destas entidades é que a ajuda externa permita atenuar essas restrições. Por outro lado, há quem sugira que o Estado deve reduzir o consumo de crédito financeiro para que este esteja disponível para as empresas.

4. Reduzir peso do Estado
Os empresários e gestores querem que o Estado reduza o seu peso, não apenas para libertar recursos para as entidades privadas, mas igualmente para agilizar questões administrativas que têm grande peso nos custos das empresas. E, por fim, se o Estado não tiver um peso tão grande, não haverá necessidade de aumentar impostos.